

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

**Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)

Direitos Humanos e Diversidade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / Organizadora
Melissa Andréa Smaniotto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Direitos Humanos e Diversidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-182-4

DOI 10.22533/at.ed.824191303

1. Antropologia. 2. Direitos humanos. 3. Minorias. I. Smaniotto,
Melissa Andréa. II. Série.

CDD 323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Direitos humanos e diversidade”, em seu volume 1 traz à tona discussões relevantes na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multifacetada, o que propicia um olhar ímpar a partir da visão de mundo de autores, revelando uma preocupação em contribuir para a temática tendo como ponto de partida o viés educacional e cultural.

Neste sentido, se evidencia a imprescindibilidade de provocação dos protagonistas da construção do conhecimento, quais sejam, educadores e alunos, para que - na realidade que estão inseridos - disseminem reflexões e despertem nos mais diversos espaços sociais, atitudes comprometidas com a efetivação dos direitos humanos.

Além das escolas e universidades, a comunidade científica à luz da antropologia aprofunda o debate dos direitos humanos voltando-se para questões referentes à sexualidade, família, gênero, raça, idade, religião e liberdade de expressão e seus desdobramentos voltados na busca incessante de respeito à diferença, aceitação, pertencimento e sobretudo, de inclusão social.

Este volume 1, composto de 25 capítulos, tem como propósito difundir e aprofundar a percepção de que os direitos humanos estão implícitos e, muitas vezes, desrespeitados, na multiplicidade de situações que permeiam o dia-a-dia, objetivando-se dar visibilidade e amadurecer possíveis caminhos que se aproximem da efetivação de tais direitos, com olhos voltados à dignidade da pessoa humana.

Melissa Andréa Smaniotto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AFINAL, QUAL É O PAPEL DO SOCIOEDUCADOR COMO AGENTE DE DIREITOS HUMANOS?	
<i>Clawdemy Feitosa e Silva</i> <i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913031	
CAPÍTULO 2	14
ANDRAGOGIA: UM SABER NECESSÁRIO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EJA, PROEJA E TURMAS DE ACELERAÇÃO	
<i>Tiago Tristão Artero</i> <i>Giane Aparecida Moura da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913032	
CAPÍTULO 3	26
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Andréa Souza de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913033	
CAPÍTULO 4	35
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES DESDE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
<i>Messias da Silva Moreira</i> <i>Thaís Janaína Wenczenovicz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913034	
CAPÍTULO 5	49
EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTERCULTURALIDADE	
<i>Soraya Cunha Couto Vital</i> <i>Sônia da Cunha Urt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913035	
CAPÍTULO 6	63
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL IRENE ORTEGA, MIRASSOL D'OESTE – MT	
<i>Cláudia Lúcia Pinto</i> <i>Ieda Maria Brighenti</i> <i>Valcir Rogerio Pinto</i> <i>Elaine Maria Loureiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913036	
CAPÍTULO 7	75
GESTOR/COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO PROMOTOR MULTIPLICADOR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Carlos Fernando do Nascimento</i> <i>Cleonildo Mota Gomes Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913037	

CAPÍTULO 8	90
O CINEMA ALÉM DO INGRESSO PAGO: A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA	
<i>Letícia Brambilla de Ávila</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913038	
CAPÍTULO 9	106
O CONTEÚDO DE LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM DIREITO A SER CONQUISTADO	
<i>Luiz Frederico Pinto</i>	
<i>Tiago Tristão Artero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913039	
CAPÍTULO 10	111
O PRONATEC E O DIREITO À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS	
<i>Arão Davi Oliveira</i>	
<i>Valdivina Alves Ferreira</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130310	
CAPÍTULO 11	128
UMA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Victor Ferri Mauro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130311	
CAPÍTULO 12	141
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: SUA INTERFACE COM OS DIREITOS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CIDADINO	
<i>Tatiane Vieira de Aguiar Barreto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130312	
CAPÍTULO 13	157
A IMAGEM DO NEGRO NA PUBLICIDADE: COMPARATIVO BRASIL E SUÉCIA	
<i>André Isídio Martins</i>	
<i>Jaci de Fátima Souza Candiotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130313	
CAPÍTULO 14	171
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO: O ETNOCENTRISMO RELIGIOSO LEGITIMANDO ABUSOS	
<i>Francisco das Chagas Vieira dos Santos</i>	
<i>Clara Jane Costa Adad</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130314	

CAPÍTULO 15 184

A REPRESENTAÇÃO E O LUGAR DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Lídia Maria Nazaré Alves
Aparecida Gomes Oliveira
Murilo Américo da Silva
Fabírcia Santos Miguel

DOI 10.22533/at.ed.82419130315

CAPÍTULO 16 194

ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS: PRECONCEITO X A PRÁTICA INCLUSIVA

Fabianne da Silva de Sousa
Maira Nunes Farias Portugal

DOI 10.22533/at.ed.82419130316

CAPÍTULO 17 206

AS BORDADEIRAS DA COMUNIDADE ESPÍRITA DISCÍPULO DE JESUS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL - BAIRRO NOVA LIMA – CAMPO GRANDE – MS

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins
Dolores Ribeiro Coutinho
Maria Augusta de Castilho

DOI 10.22533/at.ed.82419130317

CAPÍTULO 18 216

BANCADA PARLAMENTAR EVANGÉLICA: UMA MORAL RELIGIOSA QUE LIMITA A APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Larissa Maria de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.82419130318

CAPÍTULO 19 228

CULTURA SURDA E LITERATURA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM EXERCÍCIO DE DIREITO AO ESTUDANTE SURDO

Michele Vieira de Oliveira
João Paulo Romero Miranda
Rosana de Fátima Janes Constâncio
Adriano de Oliveira Gianotto
Andréa Duarte de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.82419130319

CAPÍTULO 20 237

DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE: POR METODOLOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS NO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Roberta Laena Costa Jucá
Vanessa Oliveira Batista Berner

DOI 10.22533/at.ed.82419130320

CAPÍTULO 21	258
DIREITO DOS IDOSOS EM UMA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	
<i>Ane Milena Macêdo de Castro</i>	
<i>Josyenne Assis Rodrigues</i>	
<i>Gleice Kelli Santana de Andrade</i>	
<i>Anna Alice Vidal Bravahlieri</i>	
<i>Danielle Mayara Rodrigues Palhão de Rezende</i>	
<i>Lariane Marques Pereira</i>	
<i>Francielly Anjolin Lescano</i>	
<i>Tuany de Oliveira Pereira</i>	
<i>Alexandra Bazana da Silva Costa</i>	
<i>Edivania Anacleto Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130321	
CAPÍTULO 22	263
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: SOBRE CONSERVADORISMOS, FUNDAMENTALISMOS E PÂNICOS MORAIS	
<i>Cristiano Figueiredo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130322	
CAPÍTULO 23	279
O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS À LUZ DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
<i>Aparecida França</i>	
<i>Katlein França</i>	
<i>Reginaldo França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130323	
CAPÍTULO 24	294
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Sandra Maria Rebello de Lima Francellino</i>	
<i>Luciane Pinho de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130324	
CAPÍTULO 25	305
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE NA DIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE JOVENS DE DIFERENTES REALIDADES	
<i>Alaine Elias Amaral</i>	
<i>Lorene Almeida Tiburtino-Silva</i>	
<i>Josemar de Campos Maciel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130325	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	314

O CINEMA ALÉM DO INGRESSO PAGO: A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Letícia Brambilla de Ávila

Universidade Federal do Paraná

Curitiba – PR

RESUMO: O intuito desse trabalho é apresentar a descrição e a concepção do projeto “Inventar com a Diferença”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação recebeu, em 2014, o acréscimo da previsão de exibição de filmes de produção nacional por, no mínimo, duas horas mensais. O projeto traz em sua concepção a interseção entre cinema, escola e direitos humanos. Para análise desse capítulo, foram consideradas entrevistas, artigos um livro que relata a experiência do projeto. Desde a divulgação, a escolha das escolas, a elaboração do material de apoio, a formação dos mediadores e dos professores, o funcionamento das atividades, todo projeto foi criado de forma inédita, indo além da previsão legal. O Inventar traz a possibilidade do cinema para pensar o mundo e para interagir com o conteúdo em uma experiência individual e coletiva. O projeto congrega a criação das próprias imagens, a chance de compartilhá-las no ambiente escolar no mesmo momento em que se pode assistir e compreender as imagens dos outros colegas. Uma questão fulcral para a essência do projeto é pensar o cinema para além da sala escura e do ingresso pago. É possível pensar outro modo de relações no espaço da

escola pelas imagens, sujeitos, discursos, objetos e narrativas. Além de conteúdos, a forma de ser do cinema provoca, intensifica e potencializa a educação.

PALAVAS-CHAVE: educação, direitos humanos, cinema, LDB.

1 | INTRODUÇÃO

O intuito desse trabalho é apresentar a descrição e a concepção do projeto “Inventar com a Diferença”. Num primeiro momento, apresenta-se o projeto, sua formação enquanto política pública e o seu conteúdo. Num segundo momento, elucida-se qual a ideia por trás da formulação e da estruturação do projeto. A concepção traz a interseção entre cinema, escola e direitos humanos.

Para tanto, foram consideradas entrevistas (entrevistados: Isaac Pipano, um dos idealizadores; Clarissa Nanchery, coordenadora pedagógica; Patricia Barcelos, secretária-executiva de direitos humanos da Presidência da República), artigos e, especialmente, um livro de um dos idealizadores, Cezar Migliorin, que relata a experiência do projeto. Assim, a relação entre cinema, escola e direitos humanos está baseada na aposta do Inventar com a Diferença.

2 | O PROJETO INVENTAR COM A DIFERENÇA

O projeto Inventar com a Diferença foi fruto da atuação conjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). A primeira versão da sua realização ocorreu no primeiro semestre de 2014 com, aproximadamente, dez escolas selecionadas em cada estado e o Distrito Federal.

A proposta do projeto é fornecer formação e acompanhamento aos educadores de escolas públicas para que possam educar em direitos humanos por meio do cinema. São diversas oficinas que aproximam os educandos a temas de direitos humanos com a linguagem cinematográfica, como observação e produção de fotografias e de curtas. Nos vídeos produzidos pelos alunos, há compartilhamento de saberes e práticas. Entre as atividades, há os filmes-carta que uma escola faz para outra, havendo uma troca no inventar de realidades.

A estrutura do projeto é constituída por uma coordenação central, que abrange coordenação geral, coordenação de comunicação, coordenação gráfica, coordenação pedagógica, coordenação de produção e coordenação técnica. Ainda, por cinco coordenações regionais, 27 mediadores e professores das escolas participantes. São atingidos cerca de 5.400 educandos. A escolha dos municípios atendia aos seguintes critérios: possuir pelo menos 10 escolas, preferência para locais com pouco trabalho na área de cinema e direitos humanos.

O Departamento de Cinema da Universidade Federal Fluminense e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com anos de experiências e aprendizados no campo de direitos humanos e na relação do cinema com a educação, elaboraram um material de apoio ao Inventar com a Diferença. As propostas do projeto visam um trabalho colaborativo centrado em processos do cinema com a educação nos quais o direito à diferença esteja presente com a possibilidade de criar coletivamente.

2.1 Como nasce o projeto

A Secretaria de Direitos Humanos possuía a coordenação que atuava no combate às violações e a coordenação que atuava com medidas preventivas, entre elas a educação em direitos humanos. Nesse âmbito, a então secretária executiva, Patricia Barcellos, fez uma proposta para o Departamento de Cinema da UFF, o qual já possuía iniciativas nesse sentido, como o projeto Kumã e a Rede Kino.

A Universidade Federal Fluminense é a única que possui curso de licenciatura em cinema, criado em 2008, com iniciativa desde 2000. Por esse motivo, no final de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos a escolheu para apresentar a proposta de um projeto que ligasse cinema e direitos humanos nas escolas de âmbito nacional. Em 2013, a equipe que preparava o Inventar realizou também a Mostra de Cinema e Direitos Humanos da Secretaria, tendo em vista problemas burocráticos da Cinemateca Nacional que a realizava anteriormente.

A Mostra também compõe as iniciativas da Secretaria quanto às medidas preventivas. Como informa Patricia Barcellos, na primeira edição, em 2006, foi realizada em apenas quatro capitais. Já na segunda edição passou para oito capitais e passou a ser exibida em todas as capitais do país em 2011. Em 2013, ganhou uma nova exibição com projeto Democratizando, que em 2016 passa a ser chamado de Circuito Difusão. Após a mostra oficial nas capitais, todo conteúdo é exibido em escolas, cines- clube, associações, sindicatos, ONGs e demais interessados em transmiti-la, somando 1000 pontos de difusão. O intento do projeto é que os filmes selecionados cheguem também a outros públicos, sem acesso ao local da mostra oficial das capitais ou no interior do Brasil. A Mostra também ampliou a origem da seleção dos filmes, da América do Sul para o Hemisfério Sul e, em 2016, de todo mundo. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015)

Depois dessa trajetória, foi possível conceber a ideia do projeto Inventar com a Diferença. A meta estabelecida foi de dez escolas por estado, trabalhando cinema e direitos humanos em um processo pedagógico inclusivo, com ponto de partida nos territórios que as escolas se encontravam.

A estrutura do projeto contou com recursos humanos já integrados à educação: os professores da UFF e os professores das escolas, tendo selecionado os mediadores e coordenadores regionais. Quanto aos recursos financeiros, foram exclusivamente oriundos de editais de patrocínio, assim como todos os demais projetos da Secretaria de Direitos Humanos voltados a medidas preventivas. No caso do Inventar são provenientes da Petrobrás e da Organização dos Estados Ibero-americanos.

2.2 Oficinas

Por meio do material de apoio, são apresentadas fichas de atividade para formação básica de cinema voltada para direitos humanos. São sugestões para a realização das oficinas do projeto. Cada ficha de atividade corresponde a um dia de oficina. As atividades propostas dividem-se em: primeiras experiências, dispositivos (A e B) e filme-carta.

O material de apoio é composto por fichas de atividades e DVD. As fichas são propostas de exercícios nas oficinas, que visam orientar o professor, podendo ele fazer adaptações e alterações. O DVD é composto por: (i) fotografias produzidas por alunos do curso de cinema da UFF e estudantes de fotografia da Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu (ELC); (ii) coletânea de Minutos Lumière dos irmãos Lumière (precursores do cinema no século XIX, quando as filmagens eram limitadas a 60 segundos); (iii) Minuto Lumière dos alunos da ELC, (iv) Minuto Lumière feito pelos mediadores no Encontro Preparatório do Projeto Inventar com a Diferença; (v) planos comentados do projeto Experimentar o Cinema e seu material de apoio para educadores; (vi) dispositivos com trechos de filmes exibidos na 8ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, (vii) filmes-carta como exemplo para atividades do projeto.

A concepção dos planos comentados tem origem em um trabalho realizado por Alain Bergala para professores na França, quando da inserção do cinema nas escolas nesse país. Bergala, junto de Migliorin, idealizador do Inventar, trabalharam com Adriana Fresquet para a criação dos planos comentados do projeto “Experimentar o Cinema”. Os curtas são os seguintes: A máquina, de João Falcão (2005), narração de Bianca Byington e Chico Díaz; Ensaio de Cinema, de Allan Ribeiro (2010), narração de Livia Guerra e Michel Melamed; Corumbiara, de Vincent Carelli (2009), narração de Livia Guerra e Michel Melamed; Peixe Pequeno, de Altair Paixão e Vincent Carelli (2010), narração de Bianca Byington e Chico Díaz.

Os dispositivos são formados por trechos de filmes, quais sejam: Acalanto, de Arturo Saboia (2013); A cidade é uma só?, de Adirley Queirós (2011); A onda traz, o vento leva, de Gabriel Mascaro (2010); As Iracemas, de Alexandre Pires Cavalcante (2012); As hiper-mulheres, de Takumã Kuikuro, Carlos Fausto e Leonardo Sette (2011); Bicicletas de Nhanderú, de Patricia Ferreira e Ariel Ortega (2011); Caixa D`água: Qui-lombo é esse?, de Everlane Moraes (2012); Em busca de um lugar comum, de Felipe Mussel (2012); Kátia, de Karla Holanda (2012); Malunguinho, de Felipe Peres Calheiros (2012); Repare bem, de Maria Augusta de Medeiros (2012); Silêncio, de Alberto Bellezia e Cid Cesar Araujo (2012).

Para a realização do projeto é necessário um kit audiovisual constituído por câmera, tripé, microfone e computador para edição. Esses equipamentos foram às escolas quinzenalmente sob a responsabilidade de cada mediador. Ao todo, o projeto é constituído pelas fichas de atividades, DVD com dispositivos de apoio, equipamentos (televisão, aparelho de DVD, computador, projetor multimídia, câmera digital, telefone celular, leitor de cartão ou bluetooth, sites e kit audiovisual) e a rede (coordenadores gerais, coordenadores regionais e mediadores).

O projeto como um todo é sugerido para ser realizado por 12 encontros, que vão desde a leitura de imagens até assistir o filme-carta recebido de outra escola. Nas palavras de Migliorin, que se situa no contexto de autonomia dos estudantes, o método com o cinema é simples:

assista um plano com o estudante, produza um encontro, faça uma imagem, tenha certeza de que ele conhece bem o que fez- nos detalhes do que vê e nas conexões com o que não está na imagem-, torça para que ele deseje compartilhar o que viu e inventou. (2014, p. 159)

2.2.1 Primeira etapa – Primeiras Experiências

Para as primeiras experiências, há quatro propostas básicas: i) leitura de imagens; ii) produção de fotografias; iii) minuto Lumière e iv) análise de planos de filmagem. Os estudantes são apresentados a linguagem cinematográfica e também aproximam a relação com o outro, com o território e com as suas diferenças.

A exposição cotidiana a imagens é tão intensa que faz com que não se veja as micro-composições que possuem. O propósito da atividade de leitura de imagens é

a percepção dos estudantes de elementos formais, visualizando-as em luzes, linhas, formas e as escolhas criativas do que representam. Por meio das imagens selecionadas incluídas no DVD de apoio, podem ser vistos os aspectos: luz e sombra; cor; textura; perspectiva; profundidade; linhas e curvas; figura e fundo; escalas de planos; quadro e fora de quadro; ponto de vista.

Há duas propostas de produção de imagens. Em uma, os estudantes procuram e fotografam pessoas e lugares na sua comunidade durante uma semana, devendo apresentar duas fotos por aluno. Na outra, consiste em recortar molduras de papel e fotografar imagens cotidianas nesse enquadramento. Os estudantes devem ser provocados a pensar o que ficou de fora do quadro, o que se optou não fotografar, o que gostaria de ter sido fotografado, o que é parte da comunidade e pouco se fala.

A atividade seguinte é o Minuto Lumière. Antes da prática, há exercício de percepção. Em duplas, um dos alunos fica vendado, enquanto o outro o guia pela escola. Ao final, o guia deve posicionar o colega como se fosse uma câmera num plano fixo, como se fotografasse o ambiente. O estudante guiado abre os olhos por cinco segundos e fecha-os em seguida. Além disso, propõe-se que os alunos assistam à seleção de Minutos Lumière do DVD de apoio- produzidos pelos irmãos Lumière e pelos mediadores.

A realização do Minuto Lumière envolve três momentos principais: a escolha do que se filmar; o posicionamento dos elementos a serem filmados entre si; e o ataque-momento que se escolhe para ligar a câmera e filmar. Todos os vídeos produzidos devem ser assistidos depois em sala.

Ainda nas primeiras experiências, há a atividade de análise de planos. Como diz no material de apoio, “plano é tudo o que ocorre entre o ligar e o desligar a câmera” (p.27). Essa oficina visa suscitar elementos que auxiliem a criatividade dos alunos para compor os seus planos. Assim, o objetivo é que os alunos percebam que a maneira como se filma- a posição da câmera, a forma como movimentá-la e o plano que se escolhe- influencia os sentidos de imagens e do cotidiano, podendo desnaturalizá-los. Para isso, o DVD de apoio conta com dois dispositivos (Escala de Planos e Movimentos e Posições de câmera), planos comentados do projeto realizado em escolas “Experimentar o Cinema” e curtas selecionados para serem assistidos.

2.2.2 Segunda etapa- Dispositivos (A e B)

Nas atividades de dispositivo os estudantes interagem com exercícios, jogos e desafios com o cinema, sendo o cinema um meio para inventarem e descobrirem sua escola e seu entorno. Há três tipos dessa etapa. Num primeiro momento (dispositivos A), a turma faz imagens e sons a partir de temas específicos. No segundo (dispositivos B), assistem os materiais produzidos nos encontros anteriores e pesquisam locais, pessoas e histórias que serão filmados em diante. Os exercícios são escolhidos de acordo com os interesses, a organização do grupo e a possibilidade de sair para filmar.

Há, então, análise, pesquisa e discussão entre os educadores e os educandos.

Os dispositivos A são oito propostas. A primeira, “Lá Longe/ Aqui Perto”, é a filmagem de um desconhecido do entorno da escola se aproximando. O intuito é de haver contato com pessoas que nunca se teve relação, de perceber formas de ver e de visualizar desafios que surgem ao se relacionar diante de uma câmera.

A seguinte, “Fotografias Narradas”, consiste em filmar uma fotografia enquanto alguém a narra. A pessoa pode ser um vizinho, um familiar ou vinculada à escola. A ideia é que possam construir uma memória sobre a comunidade, dar relevância para memória oral e atentar para a tensão entre imagem e palavra e para o que há por trás da imagem.

Em “Molduras e Máscaras”, os alunos devem filmar através de portas, janelas ou máscaras, perguntando ao morador o que ele vê a partir dali. Por meio desse exercício, ao mesmo tempo em que o aluno pode escolher qual enquadramento ele fará da realidade, ele tem a perspectiva do olhar do outro. Com isso, é possível desenvolver a noção de que o ponto de vista de cada um é parcial, se dá numa dada “moldura” e que tudo o que se optou por deixar fora dela permanece existindo e tendo relevância.

Na oficina “Espelhos de Autorretrato”, os estudantes são divididos em três grupos: um que escreve um texto de um minuto como resposta a “o que nos faz diferentes?”; outro que lê o texto e os que filmam a narração do texto no reflexo de um espelho. O intento é o olhar para si e para o outro, observando que há força inventiva entre eles e outros significados nas diferenças.

Para valorizar a memória oral, registrar histórias do passado e perceber outros modos de viver, outros hábitos e outras tradições, a atividade “Histórias de Objetos” sugere que filmem uma pessoa idosa da comunidade falando sobre um objeto que está há muito tempo em sua família.

Em “Montagem na Câmera”, os alunos podem experimentar a montagem de planos de filmagem diferentes com uma cena do cotidiano. Dessa forma, os alunos percebem os sentidos criados com a justaposição dos planos. O objetivo é atentar-se para o ritmo das pessoas no seu dia a dia.

Com intuito de valorizar o olhar para a diversidade na comunidade dos estudantes, eles devem criar um inventário de cores e texturas, considerando a fotografia, a luz e seu enquadramento. Nessa atividade, que se intitula “Cores e Texturas” filmam tons e texturas do corpo (pele, pés, cabelo, pintas, rugas, cicatrizes, etc) para compor um mosaico de multiplicidade.

Os estudantes filmam uma pessoa trabalhando por 40 segundos e, em seguida, filmam posicionados no lugar de quem trabalha em pelo menos dois planos. Por meio disso, a oficina “Câmera Subjetiva” busca fazer com que os alunos vejam com o olhar do outro, entrando em seu mundo. As razões dessa atividade são ter a percepção e estar no mundo por essa visão do outro e pelo outro, despertar o respeito e a valorização do trabalho das pessoas do seu cotidiano e experimentar novas situações.

A segunda parte dessa etapa, Dispositivos B, é composta por quatro atividades.

Em “Espaços Vazios”, os estudantes fotografam até cinco casas sem a presença de pessoas. Cada um deve fazer pelo menos uma fotografia. Depois disso, debatem conjuntamente sobre as casas, as histórias e as formas de vida. Assim, os alunos podem respeitar que existem diferentes formas de vida no ambiente doméstico e entender como a maneira de organizar a casa reflete crenças, valores e hábitos das pessoas.

Na segunda atividade, “Volta no Quarteirão”, os estudantes fotografam uma volta no quarteirão da escola. Cada um deve produzir quatro fotografias. Ao compartilhar as imagens, podem observar a multiplicidade de olhares sobre o mesmo quarteirão. A proposta é intensificar o olhar sobre seu território e as suas particularidades.

A oficina “Sons ao Redor” trabalha com a constituição de paisagens por meio dos sons. A finalidade é que os alunos intensifiquem a escuta de sons, como ruídos na rua, na natureza, dos animais e das músicas.

Em “Música e Memória”, os alunos pesquisam sobre as músicas ouvidas por diferentes gerações na comunidade. O exercício consiste na abordagem de três pessoas (uma criança, um adulto e um idoso), na gravação de uma música que elas cantem, na pesquisa da letra dessas músicas e, por fim, na construção de uma cartografia com as palavras, as personagens e os lugares recorrentes. O objetivo é realizar uma reflexão sobre música, memória e território, incentivando o contato dos estudantes com a memória local, quando podem se deparar com outras referências artísticas.

Ainda na etapa de Dispositivos B, há uma outra categoria, nominada “Inventar Dispositivos”. Ela traz duas propostas, mas que tem, também, o intuito de servir de inspiração para novas atividades entre educadores e estudantes. A primeira sugere que sejam construídas arpilleras- uma técnica têxtil chilena de tradição popular. Muitas mulheres chilenas fizeram arpilleras em que os desenhos retratavam valores da comunidade e problemas políticos e sociais e, além disso, continham um bolso com bilhete de denúncia. As arpilleras dos estudantes têm por base imagens de filmes indicados no DVD de apoio. A segunda sugestão é a construção de uma câmera escura.

2.2.3 Terceira etapa: Filmes-carta

O filme-carta é a oficina de finalização. O ideal é que seja realizado a partir do que foi produzido nos Dispositivos A- essa etapa pode ser um exercício ou mesmo já ser direcionada para integrar o filme-carta. Por meio dele, escolas do país se conectam, sendo remetentes ou destinatárias. O objetivo é enfatizar a fala dos estudantes sobre eles mesmos, sobre seu território, sobre o que conhecem e podem inventar coletivamente.

Os estudantes, nesse exercício, produzem um filme a alguma das escolas com uma mensagem sobre as suas vidas, seu modo de ver o mundo, as coisas que os

afetam. Assim, compartilham o conhecimento que possuem, a sua história, o que desejam para o mundo e o que criam com ele. Abre-se, então, a possibilidade de uma relação afetiva, inventiva e crítica, pois ao mesmo tempo em transmitem suas realidades, inventam-na e exercitam também a imaginação sobre seus destinatários de outra localidade e de outra cultura.

A proposta é que haja uma relação de proximidade com a comunidade com estabelecimento de comunicação com outras pessoas. Como o projeto apresenta em seu material:

o filme-carta, a um só tempo, é um gesto de criação de mundo, que obriga a necessidade de um destinatário e uma forma de percepção de si mesmo. Se toda carta inaugura um sujeito ao ser escrita, todo Filme-carta cria um sujeito que viaja nessa correspondência. (2015, p. 91)

2.3 Escolas Participantes

As escolas selecionadas para participarem do ID foram agrupadas em cinco regionais: Norte, Nordeste I, Nordeste II, Centro-Oeste e Sul-Sudeste. De dez a 15 escolas foram selecionadas em cada estado. No entanto, não foram todas que realizaram o projeto. Por outro lado, outras escolas, fora da seleção inicial, o fizeram. Ainda, há escolas que fizeram o projeto completo, com a edição dos vídeos propostos, e outras não o realizaram completamente. Ao todo, 149 escolas produziram vídeos, 70 não completaram as atividades, 101 escolas selecionadas não iniciaram o projeto.

Entre as escolas participantes, destacam-se algumas escolas com características específicas, tais como: Complexo de Empreendimentos de Economia Popular Solidária Km21, Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire, Escola de Educação Especial Caminho Da Luz, Unidade de Internação Socioeducativa Metropolitana, Escolinha de Arte da Fundação Catarinense de Cultura, Centro Cultural Franco Amapaense, Centro Profissional em Artes Visuais Cândido Portinari e Colégio Militar Tiradentes II.

O filme carta “De: Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida/CASE Santa Luzia. Para: Aracaju (Sergipe)”, realizado por alunas internas do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) em Recife (PE), recebeu o Prêmio Especial do Júri no 16º Festival de Curtas de Pernambuco (FestCine).

Em Bagé (RS), três filmes produzidos por estudantes do ID foram condecorados com o Prêmio Memória e Patrimônio. O filme “A carta” na categoria História da Cidade; “A Lenda do Monstro da Panela de Candal”, na categoria Lendas e Mitos e “Fronteira”, na categoria Patrimônio Cultural. A obra “Fronteira” foi escolhida ainda como Melhor Filme e Melhor Direção de Fotografia.

A terceira edição do Festival Imagens do Ensino Médio em Diálogo (Imagens EMDiálogo) contou com uma Mostra Inventar com a Diferença. O festival parte da convicção de que os estudantes são sujeitos de seu processo educativo e que suas vozes, seus saberes e suas práticas culturais devem ser ouvidas na composição de

currículo vivo. Na terceira edição, o tema foi “Uma Escola Sem Muros”. Dez filmes-carta foram selecionados para mostra, contemplando produções de todo país e direcionadas a diferentes regiões, transmitindo, assim, uma visão ampla do projeto no todo.

São eles: “De Pirenópolis para um lugar qualquer” do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte de Goiás; “De: Centro Estadual de Arte, João Pessoa/PB. Para: Casa Escola, Paraty/RJ”; “Aos Colegas de Manaus” da Escola Municipal Mestra Fininha de Niteroi/RJ; “De: Escola Desdobrada Municipal José Jacinto Cardoso, Florianópolis/SC. Para: Escola Municipal Sítio do Ipê, Niteroi/RJ”; “De: Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida/CASE Santa Luzia, Recife/PE. Para: Aracaju”; “De: Escola Dona Maria Teresa Gouveia, Recife/ PE. Para: Delmiro Gouveia/ AL”; “De: Escola José Albino Pimentel, Conde/PB. Para: Escolinha de Arte da Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis/SC”, “Para os colegas de Recife/PE” da Escola Municipal Maria Virginia Leite Franco de Laranjeiras/ SE; “Um filme carta de Florianópolis para Rio Branco” do Instituto Federal de Santa Catarina.

Os idealizadores e alguns participantes do ID apresentaram o projeto na 9ª Mostra de Cinema de Ouro Preto (MG), a 9ª CineOP, na qual produções feitas pelos alunos ganharam destaque.

O documentário Pelas Janelas registrou o acontecimento do ID em diferentes regiões do país. Foi exibido na 9ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos do Hemisfério Sul.

3 | CINEMA E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: A APOSTA DO INVENTAR COM A DIFERENÇA

Os filmes nas escolas podem ocupar espaços menos intensos, como quando é preciso abrigar os alunos em local coberto ou preencher a falta de um professor. Mas o cinema também é parte da escola quando filmes são utilizados nas aulas de história, geografia, sociologia, dentre outras, para ilustrar e fomentar debates sobre temas diversos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) recebeu, recentemente, em 2014, o acréscimo da previsão de exibição de filmes de produção nacional por, no mínimo, duas horas mensais. Nesse mesmo artigo (art. 26, parágrafo 8º, Lei 9394/1996), estão contemplados outros elementos curriculares obrigatórios: língua estrangeira moderna, educação física, história do Brasil com base nas matrizes indígena, africana e europeia, ensino da arte, música, princípios da proteção e da defesa civil, educação ambiental e direitos humanos.

O que diferencia, então, a aposta que aqui se apresenta dessa previsão curricular da LDB? O que o Inventar traz é a possibilidade do cinema para pensar o mundo e para interagir com o conteúdo em uma experiência individual e coletiva. (MIGLIORIN, 2015, p. 10) O projeto congrega a criação das próprias imagens, a chance de compartilhá-las no ambiente escolar no mesmo momento em que se pode assistir e compreender as

imagens dos outros colegas.

Além disso, há o elemento da “dupla inserção no real” da imagem cinematográfica, uma vez que ela sofre o real e também constrói o mesmo real. (MIGLIORIN, 2015, p. 35) É a partir disso que os estudantes, com a metodologia do projeto, tratam de suas realidades em suas diferenças, criam com seus desejos de realidade, são expectadores e são assistidos.

Uma questão fulcral para a essência do projeto é pensar o cinema para além da sala escura e do ingresso pago. Quando o cinema vai à escola, ele se renova e ganha novas perspectivas impensadas. Mais do que uma mudança de espaço do cinema, as histórias que ele leva com os filmes é um “modo de tornar o mundo pensável que perturba o pensável do que não é cinema: nós mesmos, a escola”. É possível pensar outro modo de relações no espaço da escola pelas imagens, sujeitos, discursos, objetos e narrativas. Além de conteúdos, a forma de ser do cinema provoca, intensifica e potencializa a educação. (MIGLIORIN, 2014, p. 152-162) Na escola, a potencialidade de invenção como uma experiência tem o fim na própria abertura da possibilidade de criação. (MIGLIORIN, 2015, p. 46)

O intento do projeto Inventar com a Diferença é promover esse diálogo com a vida das outras pessoas, que compartilham a mesma sala de aula ou a comunidade, de forma tal que haja a construção de um sonho coletivo, a partir do que se pode inventar e imaginar na realidade.

3.1 A igualdade nas relações na escola e o papel do professor

A hipótese central de Migliorin é que com o cinema na escola, há instrumento para dimensão política na escola pautada no princípio da igualdade das competências e das inteligências. A referência que parte Migliorin quanto à igualdade das inteligências está baseada no educador francês Joseph Jacob. (MIGLIORIN, 2015, p. 9)

O primeiro aporte igualitário é que o cinema, nesse contexto educativo, é habitável por qualquer um como espectador e como realizador. Há espaço para criação subjetiva, que é também uma forma de descoberta do mundo, antes não vista em histórias hegemônicas. Nessa perspectiva, a igualdade de capacidade e inteligência é aplicável também na relação entre alunos e professores. Isso implica dizer que não há uma divisão e ao mesmo tempo faz com que previsões do que será esse processo sejam esvaziadas. (MIGLIORIN, 2015, p. 9)

Esse aspecto central do projeto ID se relaciona com o que Warat analisa dos processos de inclusão feitos por meio de uma mediação pedagógica que o tema da EDH deve estar vinculado. Pois um novo entendimento de direitos humanos abandona a perspectiva de que são normas fixadas e soberanas, para criar bases para deliberação. Então, os direitos humanos se tornam algo menor e valioso: “o diálogo no qual podemos apostar para encontrar os denominadores comuns de nossas subjetividades em busca de sua autonomia sustentável.” (WARAT, 2003, p. 147)

Relaciona-se também com o que Herrera Flores propõe, pois, para ele, mais do que normas, os direitos humanos têm por base uma realidade complexa, a ser considerada a partir das periferias (e não dos centros) da sociedade. O termo “periferia” possui um sentido mais amplo do que o caráter de entorno das cidades. Assim, é periférico tudo aquilo que está nos entornos, que são múltiplos e diversos. (FLORES, 2009, p. 155-158)

Assim, o que pode fazer o cinema na escola, o que pode fazer o cinema sobre direitos humanos? Num primeiro momento, pode-se conceber que é um espaço para a prática da democracia imediatamente igualitária. A igualdade é um princípio, mas também é um fim em si mesmo, que pode ser colocada à prova pela sua prática. No entanto, dizer que há igualdade não é correspondente a uma igualdade simples em que todos podem as mesmas coisas.

A igualdade é antes a entrada de sujeitos, máquinas e tradições em um emaranhado sem fora, em um aparente caos formado por objetos e sujeitos de muitas naturezas. Um mafuá. Uma bagunça de ordens momentâneas. (...) Mas ela é a forma e o desforme, a ordem e o caos. O acoplamento necessário para o mundo andar e a complexidade hiperconectiva. (...) Ele é infinito.” (MIGLIORIN, 2014, p. 152)

O espaço da sala de aula e o potencial igualitário no encontro do cinema com a escola possuem uma característica inventiva do mafuá. Quando o cinema vai à escola, depende de um mafuá entre o conhecimento (saberes, palavras) e a tecnologia, de forma que seja um requisito necessário para a não-hierarquização deles. Assim, esse instante do mafuá acontece ao mesmo tempo da prática, sem que seja possível prever tanto do ponto de vista do sujeito como do objeto. Nas palavras de Migliorin: “cada ser é um mafuá conectivo com a possibilidade de invenção na desordem dessas relações”. (2014, p. 159)

Ainda que por meio de ideias libertárias e revolucionárias, há uma impossibilidade de falar pelo outro. Esse é o princípio do gesto político que parte da igualdade de posições entre quem está num certo espaço social. O lugar do cinema na escola é esse espaço, no qual não pretende iluminar ou despertar ninguém. Mas é possível tratar dessa igualdade de fala num espaço marcado por hierarquia de quem coloca a ordem e o poder no mafuá. O que distingue professores e educandos é uma potência conectiva, emergida de mais elementos, mais livros, mais filmes para compor o mafuá. Assim, o indivíduo pode se perder no mafuá, integrando-o. Nesse sentido, o ser desindividualizado tem abertura ao transindividual. Para o mestre sair do lugar de ordem pressupõe que tudo que possui se torna comum. Há um desafio aos professores de se fazer presente sem centralidade, trazendo, ao mesmo tempo, de tudo de si, dispondo seu tempo. (MIGLIORIN, 2014, p. 152-162)

O papel do professor está relacionado à criação de possibilidades para que os estudantes possam, por eles, aprender. Um ritual de transmissão de conhecimento sobre cinema não seria produtivo, como experimentá-lo. Eles devem se apropriar e

produzir seu saber com o cinema, que é em si a invenção. Assim, Migliorin afirma que essa dimensão do fazer cinematográfico foi enfatizada no Inventar com a Diferença, desde escolher o lugar da câmera, o foco, o movimento, as entrevistas, as falas, os sons, a composição das imagens.

Os exercícios e as práticas propostas levam a processos reflexivos e estéticos que estão interrelacionados com um novo experimentar do real, de construir o território, a comunidade e as relações. Esses processos estão permeados por questões de direitos humanos. A cada vídeo produzido pelos estudantes nas oficinas, há uma pergunta sobre direitos humanos que o acompanha nas suas escolhas. (MIGLIORIN, 2015, p. 59-60)

É assim que se pode visualizar que o projeto ID aplica uma das ideias principais de Freire: a educação emancipatória parte de uma postura diferente do educador, há nela um pressuposto de que haja uma pedagogia que reconheça a igualdade e a horizontalidade na relação entre as pessoas. Freire, em Pedagogia do Oprimido, ensina que tem de haver uma ação política para a liberdade e, assim, deve ser feito com e para os oprimidos, uma vez que se trata de liberdade de homens- e não de coisas. É, então, uma autolibertação, que não se faz a partir do outro. (1987, p. 30) Em Pedagogia da Autonomia, Freire argumenta que o papel de ensinar não corresponde a uma transferência de conhecimento, mas à criação de possibilidades para que os educandos produzam e construam por si mesmos. (1996, p. 21)

Nesse sentido, Rancière expõe que “pode-se ensinar o que se ignora, desde que se emancipe o aluno; isso é, que se force o aluno a usar sua própria inteligência.” (2005, p. 27) Assim, faz uma distinção entre a instrução e a emancipação do homem. A primeira está vinculada a uma hierarquia das capacidades, enquanto a segunda trata de todo homem do povo conceber a sua dignidade humana, mensurar sua capacidade intelectual e decidir por si quando usá-la. Dessa maneira, o ensino dissociado da emancipação, “embrutece”, pois há uma subordinação entre as inteligências. (2005, p. 25-30)

3.2 A interseção dos direitos humanos e do cinema

O filme na escola é um instrumento para um processo de formação e liberdade, que permite que os processos subjetivos, individuais e coletivos atuem num exercício de invenção de si e da comunidade. A escola é um espaço de disputa para educação voltada à criação, expressão e mobilização, que ordena e desordena o mufuá em sua contrariedade. (MIGLIORIN, 2014, p. 152-162)

O que se filma está em constante mudança e aquele que filma está sempre criando uma nova composição de filmagem. Na relação do cinema com seu entorno, com a alteridade e com as diferenças adultos e crianças inventam juntos. Nesse processo, é descoberto um ponto de vista sobre o mundo ou um lugar para ouvir sobre o que não se conhece. Esses processos geram, além de vídeos e filmes, formas de construir

o que se é e descobrir com o outro. As narrativas originadas nas imagens podem se difundir e entrar em contato com outros modos de ver o mundo, estimulando, assim, a narrativa de cada um. Levar o cinema para a escola com os direitos humanos é estimular um olhar para outro que invente um mundo mais justo, diverso e democrático. (MIGLIORIN, 2014, p. 152-162)

Um dos autores que muito influenciou o ID foi Alain Bergala- um cineasta chamado pelo ministro da educação da França para introduzir o cinema na educação básica em 2000. (MIGLIORIN, 2015, p. 23) Conforme Bergala, realizar a filmagem é descobrir que a potência do cinema é captar um minuto do mundo. Essa imagem captada não é previsível, sempre surpreende em seu resultado, podendo se revelar mais criativa que as pessoas que o pensaram. Assim, levar o cinema ao olhar de crianças e adolescentes é dar essa oportunidade de experiência, correndo risco de que se esse encontro não ocorrer na escola, não aconteça em mais lugar algum. (BERGALA, 2008, p. 210)

O cinema pode ser espaço de denúncia de desigualdades sociais do mundo e ao mesmo tempo pode inventar a realidade de outros mundos. O Inventar optou pela segunda possibilidade, por não propor a reflexão de direitos humanos nas escolas por meio da violência e da exclusão. Para tanto, utilizou os dispositivos, como uma ferramenta que permite a criação e, a partir dela, a representatividade. (MIGLIORIN; PIPANO, 2014, p. 199-207)

No Inventar, a aposta dos direitos humanos na escola por meio do cinema trabalha com caráter pragmático. A escola é pensada a partir de como ela já existe, sem pretender um projeto final para transformá-la, mas, ao mesmo tempo, busca torná-la democrática em sua essência e busca fazer com que o mundo possa ser pensado a partir dela. Um dos pensadores que dão base aos idealizadores é Jacques Rancière. Ele considera a escola como um espaço no qual qualquer pessoa, independente de sua origem, possa modificar o seu mundo. Dessa forma, as ferramentas do projeto carregam em si noções de diferença, igualdade, experiência, subjetividade, emancipação e comunidade. (MIGLIORIN, 2014, p. 155)

3.3 A comunidade

A noção de comunidade é central no projeto. Como se verá adiante, grande parte das oficinas trabalham alguma interação com ela. Conforme Patricia Barcellos-que compunha a Secretaria de Direitos Humanos à época da formulação do projeto- a ideia de trabalhar a educação em direitos humanos a partir do território de cada comunidade de cada escola foi apresentada aos idealizadores. Essa proposta parte da noção que os direitos humanos muitas vezes são vistos de forma abstrata e distante da realidade. Então, a proposta é que a reflexão seja feita a partir de seu espaço, com suas diversidades. Nesse sentido, os territórios são educativos por meio do audiovisual. A possibilidade de filmar e de analisar o que foi ali registrado provoca o olhar dos

estudantes sobre a sua comunidade. Exemplo disso é o relato de Patricia Barcellos a respeito de estudantes que não desejavam gravar um local por considerarem-no feio e mudaram sua percepção estética depois de assistir ao que filmado. Isso influencia a auto-imagem dos estudantes, que integram a comunidade.

Ao narrar o projeto, Migliorin traz que a noção de comunidade é pensada como uma exterioridade do indivíduo, isto é, as ordens sociais e simbólicas presentes no mundo, nas quais o indivíduo é transformado e também a transforma. Dessa maneira, baseia-se numa noção em que “o estar junto entre humanos e não-humanos sem que as diferenças e distâncias entre seres precisem encontrar identidades e homogeneidades no modo de ser”. Assim, quando os estudantes são levados a compreender seu espaço (seu bairro, sua rua, sua escola) com a interação que traz a produção de um filme há a entrada na relação com o outro, numa atividade que permite a crítica e a criatividade, uma vez o mundo é descoberto e inventado. (MIGLIORIN, 2015, p. 10)

Migliorin pensa esse trabalho como um cinema expandido, no sentido de possibilitar formas de ver e de inventar o mundo. Pois a presença do cinema na comunidade influencia a mesma comunidade, uma vez que passa por processos subjetivos, políticos e de grupo. (2014, p. 152-162)

3.4 Os Dispositivos

A ideia dos dispositivos, que se desdobra nas oficinas de todo projeto, diz sobre a abordagem de direitos humanos que os idealizadores elaboraram para o projeto. Para tratar sobre as temáticas, não pretendiam criar os personagens e as situações em que houvesse desrespeito aos direitos humanos. Assim, para atingir uma postura contra a homofobia, não criaram o homofóbico e a pessoa vítima dessa violação. A outra intenção vinculada a essa é não apresentar verdades, nem fazer defesas em prol de uma ou outra situação.

No trabalho com crianças e adolescentes, o intento era de apostar no debate de direitos humanos por meio da abertura e liberação dos processos subjetivos, antes de apresentar-lhes o mundo das contradições. Pois as aspirações que se tem com os direitos humanos, com dimensões mínimas para uma vida plena na democracia, ainda estão ligadas às possibilidades do tempo, da sensibilidade e das potências inventivas. Assim, “o cinema, antes de ser discursivo, é um perturbador de ordens estéticas e, conseqüentemente, um operador político”. (MIGLIORIN, 2014, p. 157)

A metodologia do cinema, por meio dos dispositivos vem para propor exercícios em que pudessem se fazer presentes o desafio da igualdade entre estudantes e professores, da não hierarquização dos discursos e imagens, da abertura para a comunidade e para a diferença. Assim, sem colocar nas atividades pautas específicas, os idealizadores acreditam reforçar a crença do cinema político na escola. Desse modo os dispositivos são feitos com poucas regras objetivas, sendo então: “a introdução de linhas ativadoras em um universo escolhido”. A escolha é feita pelos atores que

participam e por suas interconexões. Com isso, constrói-se uma dimensão lúdica, em que há um desafio e uma resposta a ser inventada. (MIGLIORIN, 2015, p. 78-79)

Dessa maneira, ilustra-se essa ideia com duas vivências por meio da metodologia dos dispositivos. Durante a atividade de Minuto Lumière em Recife no Conjunto Habitacional do Cordeiro (local que a maioria das crianças moram e que foi construído para receber moradores que foram despejados das suas precárias moradias em Brasília Teimosa), foi proposto que fosse filmada a rua de entrada do Conjunto. Mas duas meninas diziam a Migliorin que conheciam tudo ali e não fazia sentido filmar apenas na entrada. Uma delas disse: “se é pra inventar com a diferença é preciso ir lá pra dentro! Aqui todos conhecem, não tem diferença.” Nesse exercício, cada um tinha suas capacidades e inteligências. Aí está um plano de igualdade. (MIGLIORIN, 2014, p. 154).

A outra vivência, relatada em entrevista com a coordenadora pedagógica, Clarissa Nanchery, aconteceu em centro de cumprimento de medidas protetivas em que participavam meninas adolescentes. Elas estabeleceram um acordo com a medidora. Apenas participariam do projeto se ela fizesse imagens do que havia no espaço de fora, de forma que a coordenadora interpreta que os vídeos por ela produzidos demonstram um trabalho bem forte, de quem está à margem da sociedade e da sua juventude, imaginando o olhar de fora.

4 | CONCLUSÃO

A prática do Inventar, idealizada pela UFF e alimentada pelos mediadores e professores, possibilitou aprendizados por meio de experiências. A cada oficina, produzia-se uma nova experiência. Muito embora ela já estivesse prevista no material de apoio, a forma de materializá-la era dada aos estudantes. As oficinas no modo de dispositivos introduziam poucas condições para um universo a ser escolhido pelos participantes.

Essa abertura para escolha permite que o projeto adquira a cada realidade das escolas e das comunidades a sua própria característica, o que lhe importa. Assim, mesmo sem a determinação de conteúdos específicos, entre os vídeos é possível notar diversas temáticas.

A autonomia dos alunos é relevante para que possam aprender não apenas a partir do professor, mas também entre si e na comunidade, reconhecendo o outro e o seu entorno. A linguagem cinematográfica exige uma postura ativa, uma vez que algo será criado. Nesse sentido, contribui para um inventar coletivo da realidade: o que pode ser visto na escola e na comunidade, o que pode ser dialogado por meio de diferentes visões, o que pode ser imaginado e produzido na dupla inserção do cinema no real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FLORES, Joaquín H. **A (re)invenção dos direitos humanos,** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MIGLIORIN, Cezar. PIPANO, Isaac. **Cine, igualdad y escuela: la experiencia de Inventar con la Diferencia,** n3, 2014, Revista Toma Uno.

MIGLIORIN, Cezar. Deixem essas crianças em paz: o mafuá e o cinema na escola. In: Maria Carmen Silveira Barbosa; Maria Angélica dos Santos. (Org.). **Escritos de Alfabetização Audiovisual.** 1ed. Porto Alegre: Libretos, 2014, v. 1, p. 152-162.

. **Inevitavelmente cinema: educação, política e mafuá.** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Mostra Cinema e Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br/2015/>> Acesso em: 15/12/2015

WARAT, Luis Alberto. **EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E EXCLUSÃO SOCIAL: Fundamentos preliminares para uma tentativa de refundação.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/textos/warat_edh_educacao_direitos_humanos.pdf>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-182-4



9 788572 471824